

Estado do Rio Grande do Sul  
Procuradoria-Geral do Estado

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS  
DO QUADRO DE PESSOAL DOS SERVIÇOS AUXILIARES  
DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**ASSESSOR JURÍDICO  
(turno tarde)**

**Instruções**

- ¾ Verifique se este caderno contém **60 questões**. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- ¾ Leia cuidadosamente cada uma das questões, escolha a resposta certa (**a, b, c, d** ou **e**) e assinale-a **à caneta** (azul ou preta) no Cartão de Respostas.
- ¾ Para cada questão existe apenas **uma** resposta certa. Responda a todas as questões.
- ¾ Os candidatos não poderão efetuar qualquer tipo de consulta.
- ¾ Iniciada a prova, os candidatos não poderão mais fazer perguntas. Qualquer reclamação a respeito das instruções ou do conteúdo das questões somente será possível posteriormente à realização da prova, pela via adequada, à autoridade competente.
- ¾ Os candidatos não poderão retirar-se da sala de prova antes de decorrida 1 (uma) hora de seu início.
- ¾ O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas.



---

# Língua Portuguesa

## Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens

Jean-Jacques Rousseau

É do homem que tenho de falar; e a questão que examino me ensina que vou falar a homens; com efeito, não se propõem semelhantes questões quando se teme honrar a verdade. Defenderei, pois, com confiança, a causa da humanidade perante \_\_\_ sábios que a tal me convidam, e não ficarei descontente comigo se me tornar digno do meu assunto e dos meus juízes.

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles.

Não se pode perguntar qual é a fonte da desigualdade natural, \_\_\_\_\_ a resposta se encontraria enunciada na simples definição da palavra. Ainda menos se pode procurar se haveria alguma ligação essencial entre as duas desigualdades, pois isso equivaleria a perguntar, por outras palavras, se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem, e se a força do corpo e do espírito, a sabedoria ou a virtude, se encontram sempre nos mesmos indivíduos em proporção do poder ou da riqueza: questão talvez boa para ser agitada entre escravos ouvidos por seus senhores, mas que não convém a homens razoáveis e livres, que buscam a verdade.

De que, pois, se trata precisamente neste discurso? De marcar no progresso das coisas o momento em que, sucedendo o direito à violência, a natureza foi submetida à lei; explicar \_\_\_\_\_ encadeamento de prodígios o forte pode resolver-se a servir o fraco, e o povo a procurar um repouso em idéia pelo preço de uma felicidade real.

Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram a necessidade de remontar até ao estado de natureza, mas nenhum deles aí chegou. Uns não vacilaram em supor no homem desse estado a noção do justo e do injusto, sem se inquietar de mostrar que ele devia ter essa noção, nem mesmo que ela lhe fosse útil. Outros falaram do direito natural que cada qual tem de conservar o que lhe pertence, sem explicar o que entendiam por pertencer. Outros, dando primeiro ao mais forte autoridade sobre o mais fraco, fizeram logo nascer o governo, sem pensar no tempo que se devia ter escoado antes que o sentido das palavras autoridade e governo pudesse existir entre os homens. Enfim, todos, falando sem cessar de necessidade, de avidez, de opressão, de desejos e de orgulho, transportaram ao estado de natureza idéias que tomaram na sociedade: falavam do homem selvagem e pintavam o homem civil. Não ocorreu mesmo ao espírito da maior parte dos nossos duvidar que o estado de natureza tivesse existido, quando é evidente, pela leitura dos livros sagrados, que o primeiro homem, tendo recebido imediatamente de Deus luzes e preceitos, não estava também nesse estado, e que, acrescentando aos escritos de Moisés a fé que lhes deve toda filosofia cristã, é preciso negar que, mesmo antes do dilúvio, os homens jamais se encontrassem no puro estado de natureza, a menos que, não tenham nele caído de novo por algum acontecimento extraordinário: paradoxo muito embaraçante para ser defendido e absolutamente impossível de ser provado.

Começemos, pois, por afastar todos os fatos, pois não se ligam à questão. É preciso não considerar as pesquisas, nas quais se pode entrar sobre este assunto, como verdades históricas, mas, somente como raciocínios hipotéticos e condicionais, mais próprios, para esclarecer a natureza das coisas do que para mostrar a sua verdadeira origem, e semelhantes aos que todos os dias fazem os nossos físicos sobre a formação do mundo. A religião nos ordena a crer que o próprio Deus, tendo tirado os homens do estado de natureza imediatamente depois da criação, eles são desiguais porque ele quis que o fossem; proíbe-nos, porém, de formar conjecturas, tiradas somente da natureza do homem e dos seres que o rodeiam, sobre o que poderia ter acontecido ao gênero humano se tivesse ficado abandonado a si mesmo. Eis o que me perguntam e o que me proponho examinar neste discurso. Como o meu assunto interessa o homem em geral, procurarei uma linguagem que convenha a todas as nações; ou antes, esquecendo o tempo e os lugares, para só pensar nos homens a quem falo, suponho-me no liceu de Atenas, repetindo as lições dos meus mestres, tendo os Platão e os Xenócrates como juízes e o gênero humano como ouvinte.

Oh homem, de qualquer região que sejas, quaisquer que sejam as tuas opiniões, escuta: eis a tua história, tal como julguei lê-la, não nos livros dos teus semelhantes, que são mentirosos, mas na natureza, que não mente nunca. Tudo o que partir dela será verdadeiro; de falso só haverá o que eu acrescentar de meu sem o querer. Os tempos de que vou falar são bem remotos: como estás diferente do que eras! É, por assim dizer, a vida de tua espécie que te vou descrever segundo as qualidades que recebeste, que tua educação e teus hábitos puderam depravar, mas que não puderam destruir. Há, eu o sinto, uma idade na qual o homem individual desejaria parar: tu procurarás a idade na qual desejarias que a tua espécie parasse. Descontente do teu estado presente pelas razões que anunciam à tua posteridade infelizes maiores descontentamentos ainda, talvez quisesses retrogradar; e esse sentimento deve constituir o elogio dos teus primeiros ancestrais, a crítica dos teus contemporâneos e o espanto dos que tiverem a desgraça de viver depois de ti.

Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2008.

1. Assinale a alternativa que completa **correta** e respectivamente as lacunas do texto.

- a) aos – porque – porque
- b) aos – por que – por que
- c) os – porque – por que
- d) os – porquê – por que
- e) aos – porque – porquê

2. Assinale a alternativa em que a palavra destacada pertence à classe dos adjetivos.

- a) “Defenderei, pois, com **confiança**, a causa da humanidade”
- b) “não se propõem **semelhantes** questões quando se teme honrar a verdade.”
- c) “... que a **tal** me convidam”
- d) “...duas espécies de **desigualdade**”
- e) “...de que gozam alguns com prejuízo de **outros**”

3. Analise as afirmações a seguir.

- I. A forma verbal “examino” (1º parágrafo) poderia ser substituída corretamente por “analiso”.
- II. Em “de que gozam alguns **com prejuízo** dos outros” (2º parágrafo), a expressão destacada poderia ser corretamente substituída por “em detrimento” sem que houvesse necessidade de qualquer outra alteração na estrutura da oração.
- III. Em “**Ainda menos** se pode procurar” (3º parágrafo), a expressão destacada poderia ser corretamente substituída por “mesmo que”.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II e III.

4. Analise as afirmações sobre a formação das palavras do texto.

- I. **Desigualdade** é palavra formada por derivação.
- II. O sufixo de **riqueza** forma substantivos a partir de adjetivos.
- III. O sufixo de **razoáveis** significa **passível de**.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II e III.

5. Das orações subordinadas a seguir, qual não é substantiva?

- a) “Não se pode perguntar **qual é a fonte da desigualdade natural**” (3º parágrafo)
- b) “Ainda menos se pode procurar **se haveria alguma ligação essencial entre as duas desigualdades**” (3º parágrafo)
- c) “sem se inquietar de mostrar **que ele devia ter essa noção**” (5º parágrafo)
- d) “transportaram ao estado de natureza idéias **que tomaram na sociedade**” (5º parágrafo)
- e) “quando é evidente, pela leitura dos livros sagrados, **que o primeiro homem**, tendo recebido imediatamente de Deus luzes e preceitos, **não estava também nesse estado**” (5º parágrafo)

6. Analise algumas das ocorrências de “pois” no texto.

- I. “Defenderei, **pois**, com confiança a causa da humanidade” (1º parágrafo)
- II. “Ainda menos se pode procurar se haveria alguma ligação essencial entre as duas desigualdades, **pois** isso equivaleria a perguntar” (3º parágrafo)
- III. “De que, **pois**, se trata precisamente neste discurso?” (4º parágrafo)
- IV. “Começemos, **pois**, por afastar todos os fatos” (6º parágrafo)

Em qual(is) delas o “pois” não tem valor conclusivo?

- a) Apenas na I.
- b) Apenas na II.
- c) Apenas na III.
- d) Apenas na I e na IV.
- e) Apenas na III e na IV.

7. Assinale a alternativa **incorreta** sobre a pontuação empregada no texto.

- a) A vírgula empregada antes de “e não ficarei descontente comigo” (1º parágrafo) pode ser eliminada porque está entre orações com o mesmo sujeito.
- b) Os dois-pontos depois de “desigualdade” (2º parágrafo) separam uma oração adjetiva explicativa.
- c) As vírgulas em “como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros” (2º parágrafo) separam itens de uma série.
- d) Em “proíbe-nos, porém, de formar conjecturas” (6º parágrafo), as vírgulas marcam o deslocamento do nexos adversativo.
- e) A vírgula em “Oh homem” (último parágrafo) isola um vocativo.

8. A oração “para só pensar nos homens a quem falo” (6º parágrafo) estabelece relação de

- a) causa.
- b) conseqüência.
- c) finalidade.
- d) conformidade.
- e) explicação.

9. Analise as afirmações sobre o emprego dos pronomes no texto.

- I. Em “nem mesmo que ela **lhe** fosse útil” (5º parágrafo), o pronome destacado substitui “homem”.
- II. Em “acrescentando aos escritos de Moisés a fé que **lhes** deve toda filosofia cristã” (5º parágrafo), o pronome destacado substitui “filósofos”.
- III. Em “de falso só haverá **o** que eu acrescentar de meu sem **o** querer” (último parágrafo), as duas ocorrências destacadas poderiam ser substituídas corretamente por “isso”.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III.
- d) Apenas a I e a II.
- e) I, II e III.

10. Assinale a alternativa **correta** sobre a análise do trecho “Como o meu assunto interessa o homem em geral, procurarei uma linguagem que convenha a todas as nações” (6º parágrafo).

- a) “Como” é um nexos comparativo.
- b) Os verbos têm todos a mesma predicação.
- c) A oração “que convenha a todas as nações” determina o substantivo “linguagem”.
- d) Em “o meu assunto”, o artigo não poderia ser eliminado porque causaria quebra da estrutura sintática da frase.
- e) O sujeito das três formas verbais é o mesmo.

11. A linguagem utilizada no texto é a

- a) coloquial.
- b) culta padrão.
- c) metalingüística.
- d) fática.
- e) informal.

**INSTRUÇÃO: AS QUESTÕES A SEGUIR REFEREM-SE À REDAÇÃO OFICIAL.**

12. Julgue V (verdadeira) ou F (falsa) as afirmações sobre *circular*.

- ( ) É correspondência *multidirecional*.
- ( ) O endereçamento vai apenas no envelope.
- ( ) É correspondência *unidirecional*.
- ( ) É um requerimento coletivo.

A seqüência que preenche, **correta** e respectivamente, de cima para baixo, os parênteses é

- a) F – V – F – V
- b) F – F – F – V
- c) V – V – F – F
- d) F – V – V – V
- e) F – V – V – F

13. O pronome de tratamento empregado para juízes é

- a) Vossa Excelência.
- b) Vossa Senhoria.
- c) Vossa Magnificência
- d) Vossa Reverendíssima.
- e) Vossa Eminência.

14. Assinale a alternativa em que a concordância com a forma de tratamento esteja **correta**.

- a) Vossa Excelência deve ouvir o povo.
- b) Senhor Deputado, estivestes sempre atento à voz do povo?
- c) Excelentíssimo Senhor Presidente da República, vós sois o grande líder deste país.
- d) Excelentíssimo Senhor Prefeito, tens trabalhado arduamente.
- e) Excelentíssimo Senhor Governador, vossa atitude para com os pobres é louvável.

15. Preencha os parênteses com o código a seguir:

- 1. Documento de circulação interna.
- 2. Documento de circulação externa.

- ( ) Informação
- ( ) Circular
- ( ) Edital
- ( ) Ofício

A seqüência que preenche, **correta** e respectivamente, de cima para baixo, os parênteses é

- a) 2 – 2 – 2 – 1
- b) 2 – 1 – 2 – 1
- c) 1 – 1 – 2 – 1
- d) 2 – 2 – 1 – 1
- e) 2 – 1 – 2 – 2



## Conhecimentos Específicos

16. Considerando a classificação doutrinária dos tipos de Constituição, a Constituição da República Federativa do Brasil, editada em 05.10.1988, deve ser classificada como

- a) Promulgada, Dogmática e Analítica.
- b) Material, Promulgada e Rígida.
- c) Material, Promulgada e Analítica.
- d) Formal, Dogmática e Flexível.
- e) Formal, Outorgada e Sintética.

17. Considere as seguintes afirmações sobre a repartição constitucional de competências entre os membros da Federação brasileira.

- I. A União pode autorizar os Estados, mediante lei complementar, a legislar sobre questões específicas de direito processual.
- II. Com exceção de algumas poucas competências enumeradas, as competências legislativas dos Estados são as que não estão atribuídas nem à União, nem aos Municípios.
- III. Aos Municípios compete privativamente legislar sobre assuntos de interesse local, quando houver lacuna na legislação federal ou estadual pertinente.

Destas afirmações, está(ão) **correta(s)** apenas a

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e a II.
- e) II e a III.

18. Considere as seguintes afirmações sobre lei e direitos fundamentais:

- I. A lei deverá punir qualquer discriminação atentatória aos direitos fundamentais.
- II. A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade o exigir.
- III. A lei poderá fixar exigências de qualificação profissional que restrinjam a liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão.

Destas afirmações, está(ão) **correta(s)** apenas a

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e a II.
- e) I e a III.

19. No uso da autonomia que lhes é conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, os Estados podem

- I. adotar o sistema parlamentarista de Governo.
- II. incluir a elaboração de medida provisória como objeto do processo legislativo estadual.
- III. instituir ação direta de inconstitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

Destas afirmações, está(ão) **correta(s)** apenas a

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e a II.
- e) II e a III.

20. A Associação dos Observadores de Pássaros de Porto Alegre, entidade regularmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, tem direitos líquidos e certos violados por ato ilegal de autoridade pública. Para tutelar esses direitos, a Associação deve ajuizar

- a) *habeas corpus*.
- b) mandado de segurança individual.
- c) mandado de segurança coletivo.
- d) ação popular.
- e) ação civil pública.

21. Considere as seguintes afirmações sobre a Advocacia Pública na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

- I. A Procuradoria-Geral do Estado será chefiada pelo Procurador-Geral do Estado, de livre nomeação pelo Governador do Estado dentre membros da carreira.
- II. O Procurador do Estado, no exercício do cargo, goza das prerrogativas inerentes à atividade de advocacia, mas não pode exercê-la fora das atribuições institucionais.
- III. Na execução de dívida ativa de natureza tributária, a representação judicial do Estado cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual.

Destas afirmações, está(ão) **correta(s)** apenas a

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e a II.
- e) I e a III.

22. A sentença de um Juiz de Direito Titular de uma Comarca do interior do Estado que contrariar súmula vinculante em matéria cível deve ser impugnada mediante

- a) Apelação.
- b) Reclamação.
- c) Recurso Ordinário.
- d) Recurso Especial.
- e) Recurso Extraordinário.

23. De acordo com o chamado princípio da anterioridade, em matéria tributária, previsto na Constituição Federal, é **incorreto** afirmar que

- a) é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- b) a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, qualificou o princípio da anterioridade, determinando que, além da observância à publicação da lei em exercício anterior ao da exigência do tributo, salvo exceções, é vedado cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- c) todos os impostos estaduais sujeitam-se de forma integral ao princípio da anterioridade, a saber, a publicação de lei instituidora ou majoradora deve ocorrer no exercício financeiro anterior à cobrança do respectivo imposto e deve ser observado um interregno de noventa dias entre a data da publicação da lei e a data da exigência fiscal.
- d) há exceções expressamente previstas na Constituição ao princípio da anterioridade, constantes do §1º do artigo 150.
- e) a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, excepcionou da obediência do intervalo de noventa dias a fixação da base de cálculo do IPVA – imposto sobre propriedade de veículos automotores.

24. Com base no disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, pode-se afirmar que

- a) compete tanto à União quanto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- b) somente a União e os Estados podem instituir contribuições de melhoria.
- c) as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, são de competência privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- d) a União pode transferir aos Estados o exercício regular de sua competência tributária.
- e) a cumulatividade é característica essencial do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

25. Assinale a alternativa **correta**.

- a) A imunidade é limitação constitucional ao poder de tributar, na medida em que delimita o campo tributário posto à disposição do Ente Tributante.
- b) A imunidade é equivalente à isenção, pois ambas excluem o crédito tributário e são previstas na Constituição.
- c) A denominada “imunidade recíproca”, prevista no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal, trata-se de vedação à incidência de qualquer tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços das pessoas políticas.
- d) Ficam incluídos na norma de imunidade a renda, o patrimônio e os serviços de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público que explorem atividades econômicas, ainda que tais atividades sejam regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
- e) A imunidade tributária aos templos de qualquer culto abrange todo o patrimônio de determinada entidade religiosa, ainda que não relacionado à sua finalidade essencial.

26. Em tema de competência legislativa sobre matéria de Direito Tributário, é **correta** a afirmação de que

- a) em matéria de competência para legislar sobre Direito Tributário, a União tem competência privativa para legislar sobre normas gerais, vedada a competência suplementar dos Estados.
- b) mesmo na ausência de lei federal sobre normas gerais de Direito Tributário, é vedado aos Estados exercer esta competência legislativa.
- c) a eficácia de lei estadual sobre normas gerais de Direito Tributário fica mantida ante a superveniência de lei federal da mesma natureza, mesmo no que lhe for contrário.
- d) no âmbito da competência concorrente para legislar sobre Direito Tributário, os Estados só podem legislar sobre normas gerais.
- e) os Estados têm competência suplementar para legislar sobre normas gerais de Direito Tributário.

27. De acordo com o Código Tributário Nacional, o lançamento por homologação é aquele efetuado

- a) pela autoridade administrativa, de ofício.
- b) pela autoridade administrativa, na hipótese em que a declaração não seja prestada por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- c) quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, que, após tomar ciência da atividade exercida pelo obrigado, expressamente o homologa.
- d) pelo sujeito passivo, com prévio exame da autoridade fiscal.
- e) quando a autoridade administrativa arbitra o valor ou preço de bens, serviços ou atos jurídicos a serem homologados pelo sujeito passivo.

28. Assinale a alternativa **correta**, com referência à natureza da dívida ativa tributária.

- a) Goza da presunção de certeza e liquidez, de forma absoluta.
- b) Regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez, que pode ser ilidida por prova inequívoca.
- c) Desfruta apenas da presunção de liquidez.
- d) Desfruta apenas da presunção de certeza.
- e) Regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez, que não pode ser ilidida por qualquer espécie de prova.

29. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Na execução fiscal, quando a ciência da penhora for pessoal, o prazo para a oposição dos embargos inicia-se no dia seguinte ao da intimação do devedor, e não da juntada do mandado de citação aos autos.
- b) Existindo prova inequívoca da verossimilhança da alegação, pode o juiz, a requerimento da parte, nas ações de repetição de indébito, determinar a compensação de tributos para evitar o dano irreparável ao direito do autor.
- c) Não é cabível a extinção do processo de execução fiscal pela falta de localização do devedor ou inexistência de bens penhoráveis, sendo possível à parte credora suspender o feito durante um ano.
- d) Em face da dissolução irregular da pessoa jurídica, em sede de Direito Tributário, de acordo com a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, os sócios de uma empresa tornam-se responsáveis pelo débito tributário da empresa.
- e) A configuração dos requisitos da legitimação passiva na execução fiscal não significa afirmação de certeza a respeito da existência da responsabilidade tributária, a qual será matéria de embargos de devedor.

30. Assinale a alternativa que apresenta a assertiva **incorreta** relativamente aos bens públicos.

- a) Um bem público dominical pode ser alienado, observadas as exigências da lei.
- b) Os bens pertencentes a uma empresa pública prestadora de serviços públicos e vinculados à sua atividade fim são impenhoráveis, ficando esta sujeita ao regime de precatórios para pagamento de débitos advindos de condenação em ações judiciais.
- c) Segundo a Constituição, a imprescritibilidade de terras públicas não abrange aquelas localizadas em área urbana.
- d) O direito brasileiro admite que os entes públicos possam adquirir bens pela via da prescrição aquisitiva (usucapião).
- e) Um bem público de uso especial pode vir a ser alienado caso seja alterada sua destinação por intermédio de desafetação que venha a convertê-lo em bem público dominical.

31. Considere as seguintes afirmações a respeito dos atos administrativos e assinale a alternativa **correta**.

- a) Quando um ato administrativo contraria um dos princípios elencados no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, está-se diante de hipótese em que cabe sua anulação pela Administração Pública.
- b) Um administrado que tenha sido prejudicado por ato administrativo pode postular sua revogação por intermédio da propositura de ação judicial.
- c) A revogação de ato administrativo retroage, produzindo efeitos *ex tunc*, até a data do ato ilegal, fazendo cessar os efeitos já produzidos pelo ato até então.
- d) Nos termos da Lei da Ação Popular (Lei n. 4.717/65), considera-se que o ato administrativo apresenta vício de ilegalidade do objeto quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.
- e) Para que um ato administrativo possa vir a ser considerado como discricionário, não poderá ter nenhum de seus elementos vinculado.

32. Relativamente à responsabilidade civil extracontratual do Estado, é possível afirmar que

- a) as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, assim como as exploradoras de atividade econômica, respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- b) o § 6º. do art. 37 da Constituição Federal assegurou à Administração o direito de regresso contra o agente público que, nessa qualidade, praticou dolosa ou culposamente o ato administrativo causador do dano a terceiros.
- c) o art. 37, § 6º. da Constituição Federal consagra a idéia de responsabilidade objetiva do Estado, a qual apenas excepciona o dever de indenizar o dano ocasionado pelo agir estatal nas hipóteses em que restar configurado que este foi causado por *ato de império*.
- d) o direito brasileiro não admite a responsabilidade do Estado nas hipóteses em que o dano reclamado pelo particular decorrer de omissão estatal.
- e) a norma contida no art. 37, § 6º. da Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva tanto para o Estado quanto para o seu agente que, nessa qualidade, causar dano a terceiro, sendo desnecessária, em qualquer caso, a prova de culpa ou dolo.



33. Considere as seguintes afirmações relativamente à desapropriação e assinale a alternativa **correta**.

- a) Nos termos do Decreto-lei n. 3.365/41, é vedada a desapropriação por utilidade pública de bem público municipal promovida pelo Estado-membro em cujo território se situe o Município expropriado.
- b) Segundo o Decreto-lei n. 3.365/41, após a publicação do decreto expropriatório, nenhuma espécie de benfeitoria executada pelo proprietário do bem identificado para futura desapropriação por utilidade pública será objeto de cômputo para o pagamento de indenização pelo expropriante.
- c) A configuração da chamada *desapropriação indireta* pressupõe que um ente público tenha-se apossado de um bem de terceiro, total ou parcialmente, sem o devido processo legal de desapropriação.
- d) No caso de o ente público expropriante alegar urgência para a realização de desapropriação por utilidade pública, admite-se que este postule a imissão prévia na posse, a qual será deferida pelo juiz independentemente do depósito de qualquer valor, e antes mesmo da citação do expropriado.
- e) O direito brasileiro não admite, em nenhuma hipótese, a retrocessão do bem expropriado.

34. Considere as seguintes afirmações a respeito da Lei de improbidade administrativa (Lei 8.429/92).

- I. Para os fins da Lei 8.429/92, empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista também são considerados agentes públicos, podendo-lhes ser atribuída a autoria de condutas de improbidade definidas naquele diploma legal.
- II. Somente são passíveis de punição nos termos da Lei 8.429/92 aqueles atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, dentre os quais o da moralidade administrativa.
- III. Para a caracterização do ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da Administração Pública, o enriquecimento ilícito do sujeito ativo da conduta e o dano causado ao Erário são pressupostos dispensáveis.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) I, II e III.
- b) Nenhuma das afirmações está correta.
- c) Apenas a I.
- d) Apenas a I e a III.
- e) Apenas a III.

35. Assinale a alternativa **correta** em matéria de licitações.

- a) O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impede toda e qualquer mudança efetuada após a publicação nas regras contidas no edital.
- b) As hipóteses de dispensa de licitação são elencadas pela Lei 8.666/93 de modo exemplificativo.
- c) Admite-se a contratação por meio de dispensa de licitação fundamentada em situação de emergência ou calamidade pública, independentemente do prazo necessário para a conclusão dos serviços ou obras necessários ao atendimento da situação urgente ou calamitosa.
- d) As hipóteses de inexigibilidade de licitação trazidas pela Lei 8.666/93 são elencadas de modo exemplificativo.
- e) A licitação na modalidade de pregão destina-se a contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços cujo valor estimado seja necessariamente superior ao valor limite da modalidade de tomada de preços previsto no art. 23 da Lei 8.666/93.

36. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual n. 10.098/94, assinale a alternativa **correta**.

- a) Reversão é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado, ou ao resultante de sua transformação, em consequência de decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de prejuízos decorrentes do afastamento.
- b) Reintegração é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez, quando verificada, por junta médica oficial, a insubsistência dos motivos determinantes da aposentadoria.
- c) A concessão de licença para tratamento de interesses particulares é ato administrativo vinculado, que se constitui em direito do servidor estável, e por isso independe do juízo de conveniência e oportunidade da Administração.
- d) A licença concedida à servidora adotante possui prazo equivalente, em qualquer hipótese, ao da licença-maternidade.
- e) Para fins de tempo de serviço, é considerado efetivo exercício o afastamento de servidor em virtude de desempenho de mandato eletivo, exceto para promoção por merecimento.

37. A venda de um imóvel por uma pessoa com 16 anos de idade, não emancipada, sem ter sido assistida, será

- a) nula, porque o agente é relativamente incapaz.
- b) anulável, porque o agente é absolutamente incapaz.
- c) ineficaz, porque o agente não foi assistido.
- d) anulável, porque o agente é relativamente incapaz e não foi assistido.
- e) nula, porque o agente é absolutamente incapaz e não foi representado.

38. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) A prescrição não corre contra aqueles que estiverem sob a égide das causas de interrupção ou suspensão previstas em lei.
- b) A decadência decorrente de prazo legal pode ser julgada, de ofício, pelo juiz, independentemente de arguição do interessado.
- c) A prescrição das ações patrimoniais pode ser, *ex officio*, decretada pelo magistrado.
- d) A prescrição extingue a ação e, por via oblíqua, o direito.
- e) O prazo decadencial é estabelecido por lei ou por vontade unilateral ou bilateral.

39. Considere as seguintes afirmações.

- I. O novo Código Civil consagrou expressamente a teoria do risco e, ao lado da responsabilidade subjetiva, admitiu também a responsabilidade objetiva.
- II. A pessoa jurídica, causadora do dano, responde perante a vítima, não lhe assistindo, inclusive, direito de regresso contra o seu agente que atenha atuado com dolo ou culpa.
- III. O novo sistema de responsabilidade civil do Estado propugna pela mais ampla responsabilidade dos danos causados, porém não significa dizer que adotou as teorias do risco integral ou risco social, mas sim do risco administrativo, que admite a quebra do nexu causal pela comprovação de uma das excludentes de responsabilidade civil.
- IV. A prestação de serviços advocatícios, por tratar-se de uma atividade com potencial risco de dano, demanda uma responsabilidade civil objetiva cuja ênfase é a relação de causalidade, abstraindo-se tanto da ilicitude do ato quanto da existência de culpa.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a II e a III.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a II e a IV.
- d) Apenas a I e a II.
- e) Apenas a III e a IV.

40. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) No pagamento por sub-rogação convencional faz-se necessária a notificação do devedor.
- b) A novação exerce dupla função: é liberatória e obrigatória.
- c) Quando os débitos forem todos iguais em natureza, valor e data de vencimento, a imputação de pagamento ocorrerá proporcionalmente, em relação a todos eles.
- d) Para que ocorra a remissão da dívida, é necessário o consentimento do devedor.
- e) Quando a transação versar sobre diversos direitos contestados, independentes entre si, o fato de não prevalecer em relação a um prejudicará os demais.

41. Na medida em que o novo sistema civil brasileiro afastou-se de uma tendência excessivamente patrimonial, fechada e egoísta preconizada pelo direito civil, é natural que a concepção acerca dos princípios informadores do Direito Contratual experimentasse mudanças. Assim, é **incorreto** afirmar que

- a) o princípio da dignidade da pessoa humana visa a redirecionar o alcance das normas do Direito Privado, para a proteção da pessoa, sem prejuízo dos mecanismos reguladores da proteção ao patrimônio.
- b) o princípio da autonomia da vontade, na nova sistemática de direito civil, sofre limitações em seus três aspectos: na liberdade de contratar, na liberdade de escolher as partes e na liberdade de estabelecer o conteúdo, a forma e os efeitos do contrato.
- c) o descumprimento do dever geral de boa-fé objetiva implica, pela lei, a revisão ou resolução do contrato, independentemente da responsabilidade civil do contratante faltoso, que deve indenizar todos os prejuízos sofridos pela parte cujos direitos desrespeitou.
- d) a consequência para a inobservância da cláusula geral da função social do contrato é a nulidade do negócio jurídico e a responsabilidade dos contratantes pela indenização dos prejuízos provocados.
- e) na atualidade pode-se afirmar que o *pacta sunt servanda* ganhou um matiz mais discreto, temperado por mecanismos jurídicos de regulação do equilíbrio contratual, a exemplo da teoria da imprevisão.

42. A lista de cláusulas consideradas abusivas pelo Código de Defesa do Consumidor, apesar de exemplificativa, é bem específica e, segundo a melhor doutrina, encontra-se dividida em três grupos, que são:

- a) cláusulas que impossibilitem, exonerem, atenuem ou impliquem renúncia dos novos direitos; cláusulas criadoras de vantagens unilaterais para o fornecedor e cláusulas surpresas.
- b) cláusulas que impossibilitem, exonerem, atenuem ou impliquem renúncia dos novos direitos; cláusulas criadoras de vantagens unilaterais para o consumidor e cláusulas surpresas.
- c) cláusulas que impossibilitem, exonerem, atenuem ou impliquem renúncia dos novos direitos dos fornecedores; cláusulas criadoras de vantagens unilaterais para o fornecedor e cláusulas surpresas.
- d) cláusulas criadoras de vantagens unilaterais para o fornecedor; cláusulas surpresas e cláusulas consideradas iníquas.
- e) cláusulas surpresas; cláusulas que se mostram excessivamente onerosas para o consumidor e cláusulas conflitantes com os critérios de boa-fé e equilíbrio nos contratos entre fornecedores e consumidores.

43. Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Os Estados, tanto em nível interno como internacional, em seu comportamento em relação ao meio ambiente, estão vinculados aos princípios da sadia qualidade de vida, do acesso aos recursos ambientais, da precaução, da prevenção, da reparação, da informação e da participação.
- b) Os Estados devem cooperar de forma explícita e determinada para o desenvolvimento de normas de Direito Internacional Ambiental relativas à responsabilidade e indenização por efeitos adversos de danos ambientais causados, em áreas fora da sua jurisdição, por atividade dentro de sua jurisdição ou seu controle.
- c) Os Estados têm a tarefa de organizar-se para intervir preventivamente e repressivamente na questão ambiental, pois a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente.
- d) O sistema de licenciamento ambiental estadual de autorização, licença, permissão e concessão em que o requerente não observar o cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental importa em responsabilidade objetiva ou sem culpa e obriga-o a provar que não polui o meio ambiente, não tendo o órgão público a tarefa de fazer, por si, tal prova, mas somente verificar a ocorrência do dano ambiental.
- e) A legitimidade para propor ação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente é somente do Ministério Público da União.

44. Em se tratando de execução por quantia certa contra devedor solvente, considera-se feita a penhora

- a) com a apreensão dos bens.
- b) com a apreensão, depósito e lavratura do auto firmado pelo depositário nomeado.
- c) com a simples nomeação dos bens pelo devedor.
- d) quando recair sobre bens imóveis, pela lavratura do auto pelo oficial de justiça.
- e) quando da averbação no CRI, quando se tratar de bens imóveis.

45. Caso o Agravante não comunique a interposição do Agravo de Instrumento perante o juiz prolator da decisão agravada,

- a) o Tribunal faz a comunicação de ofício ao agravado e ao juiz.
- b) o Tribunal faz a comunicação de ofício apenas ao juiz.
- c) o Agravado deverá alegar a inadmissibilidade do recurso nas contra-razões.
- d) o Agravado poderá alegar nulidade do recurso, quando do julgamento do agravo, sob pena de preclusão.
- e) não é obrigatória a comunicação ao juízo de primeiro grau.

46. A foi citado em ação indenizatória por ato cometido contra B há mais de 4 (quatro) anos. Você, verificando que a ação está prescrita, tomaria a seguinte providência:

- a) requereria ação anulatória, haja vista que se trata de nulidade processual.
- b) apresentaria exceção, porque a prescrição deve ser alegada em ação incidental.
- c) alegaria, na contestação, em preliminar de mérito, requerendo ao juiz a extinção do processo sem resolução do mérito.
- d) alegaria, na peça contestacional, a prescrição, requerendo a extinção do processo com resolução do mérito.
- e) alegaria, em preliminar, a falta de condições de ação, requerendo o indeferimento da inicial.

47. Acerca do sindicalismo no setor público, considere as assertivas abaixo.

- I. É assegurado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, desde que o funcionamento do seu sindicato seja autorizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- II. O direito à livre associação sindical do servidor público civil, previsto na Constituição Federal, exclui a regra da unicidade sindical, prevista apenas para o sindicalismo do setor privado.
- III. Ao sindicato de servidores públicos civis não é assegurado o direito de firmar convenções e acordos coletivos de trabalho.
- IV. Considerando a ausência de lei regulamentadora do direito de greve do servidor público civil, é entendimento do STF que se aplica integralmente, por analogia, a Lei 7.783/89, que trata do direito de greve dos trabalhadores no setor privado.

Qual(is) está(ão) **correta(s)**?

- a) Apenas a I e a IV.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a III.
- e) Apenas a III e a IV.

48. Sobre a competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa **correta**.

- a) Considerando que tão-somente atacam atos judiciais, os mandados de segurança na Justiça do Trabalho sempre serão de competência originária dos Tribunais Regionais do Trabalho ou do Tribunal Superior do Trabalho, conforme a origem do ato atacado.
- b) É competente a Justiça do Trabalho para apreciar demandas movidas contra a União, relativas às penalidades administrativas impostas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho aos empregadores.
- c) A Justiça do Trabalho tem competência para executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição Federal, decorrentes das sentenças que proferir, o que decorre da ampliação de competência determinada pela Emenda Constitucional 45/04.
- d) Em decorrência do critério de especialização material, a Justiça do Trabalho não apreciará *habeas corpus*.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

49. Segundo a jurisprudência dominante sobre o tema terceirização, assinale a alternativa **correta**.

- a) É lícita a terceirização de serviços especializados, ligados à atividade meio do tomador de serviços, desde que na hipótese de trabalho temporário previsto na Lei 6.019/74.
- b) Havendo subordinação direta ao tomador de serviços, será irregular a contratação de trabalhador temporário (Lei 6.019/74) por empresa interposta.
- c) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços independe de demonstração de culpa, já que decorre tão-somente do inadimplemento das obrigações trabalhistas do prestador de serviço em face do seu empregado, desde que o tomador de serviços também tenha participado da relação processual e conste no título executivo judicial.
- d) A administração pública direta, indireta e fundacional, na condição de tomadora de serviços, será responsabilizada de forma subsidiária ao prestador de serviços apenas quando a terceirização tiver sido irregular, desde que tenha participado da relação processual e conste no título executivo judicial.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

50. Considerando que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, assinale a alternativa **incorreta** no que tange aos seus objetivos, em face do que dispõe expressamente a Carta Magna.

- a) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) Uniformidade da base de financiamento.
- d) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) Equidade na forma de participação no custeio.

51. À luz do que dispõe o art. 40 da Constituição Federal, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
- b) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.
- d) A lei poderá estabelecer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- e) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

52. Assinale a alternativa **correta**:

- a) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata o art. 40 da CF que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- b) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata o art. 40 da CF que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual diverso ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- c) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata o art. 40 da CF que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- d) Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata o art. 40 da CF que superem o limite mínimo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
- e) Incidirá contribuição apenas sobre os proventos de aposentadorias concedidas pelo regime de que trata o art. 40 da CF que superem o limite mínimo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.



53. Marque a alternativa **incorreta**.

- a) A prescrição da pretensão punitiva é uma causa extintiva da punibilidade em que, uma vez declarada, não permanece o efeito da reincidência.
- b) Os prazos da prescrição executória aumentam-se de um terço se o condenado é reincidente.
- c) Uma das causas interruptivas da prescrição descritas no Código Penal é a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorríveis.
- d) Na sistemática penal, as penas mais leves prescrevem com as mais graves, segundo dispositivo legal.
- e) A prescrição da pretensão punitiva retroativa regula-se pela pena máxima prevista em lei.

54. Assinale a alternativa **correta**. Em matéria penal entende-se que

- a) a lei mais severa se aplica aos fatos ocorridos antes de sua vigência, seja quanto à criação de novo tipo penal, seja quanto à agravação da pena.
- b) a *abolitio criminis* faz desaparecer todos os efeitos penais e os civis.
- c) o Código Penal adotou a teoria do resultado para determinar quando o crime é considerado praticado: "*Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão*".
- d) em relação à "*vacatio legis*": não se aplica a nova lei enquanto não tenha efetiva vigência, continuando-se a aplicar a lei anterior. Obviamente, entrando a nova lei em vigor, aplicam-se os princípios da retroatividade da lei mais benéfica, irretroatividade da mais severa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

55. Leia as afirmações que seguem.

- I. O delito de corrupção ativa caracteriza-se se a oferta ou o pagamento a funcionário público ocorrer antes da prática do ato de ofício.
- II. O delito de corrupção ativa terá sua pena aumentada de 1/3 se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retardar ou omitir ato de ofício ou praticá-lo infringindo dever funcional.
- III. Segundo a legislação penal, equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública.
- IV. Nos casos de peculato culposo, há a extinção da punibilidade se houver a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença.

Quais estão **corretas**?

- a) Apenas a II e a III.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a I, a III e a IV.
- d) Apenas a II, a III e a IV.
- e) Todas estão corretas.

## Conhecimentos de Microinformática

Para resolver as questões de Informática, leve em consideração as seguintes informações:


- 1. os programas, menus, submenus e atalhos estão com a configuração padrão;
- 2. o mouse está configurado para destros;
- 3. a versão está em português.

56. Analise as afirmativas relativas ao processador de texto Word 2003.

- I. O menu Arquivo apresenta o comando Propriedades, que fornece o número de linhas e o número de palavras do documento.
- II. Para selecionar todo o documento, é suficiente pressionar simultaneamente as teclas **CTRL+ A** do teclado.
- III. Através da régua do Word, é possível selecionar parágrafos intercalados do documento.
- IV. O menu Formatar apresenta o comando Fonte, que permite definir o estilo, o tamanho e a cor da fonte.

Estão **corretas**

- a) somente as afirmações III e IV.
- b) somente as afirmações I, II e III.
- c) somente as afirmações I, III e IV.
- d) somente as afirmações I e IV.
- e) somente as afirmações I, II e IV.

57. O botão  do Excel 2003 executa a função

- a) AutoSoma.
- b) Média.
- c) Máximo.
- d) Mínimo.
- e) Se.

58. As teclas de atalho **CTRL+P** e **CTRL+B** do Word 2003, respectivamente, têm a função de

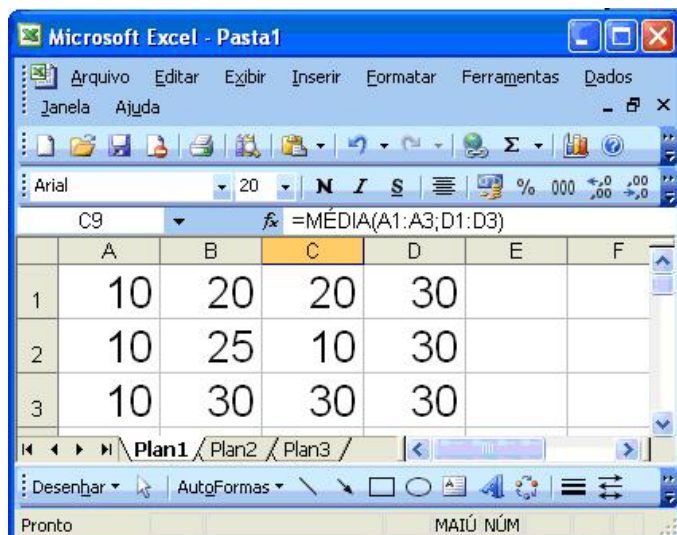
- a) Deletar e Salvar um documento.
- b) Negritar e Salvar um documento.
- c) Restaurar e Salvar um documento.
- d) Imprimir e Salvar um documento.
- e) Maximizar e Salvar um documento.

59. No Word 2003, para acessar as configurações de AutoCorreção, que menu deverá ser acessado?

- a) Inserir
- b) Formatar
- c) Ajuda
- d) Tabela
- e) Ferramentas



Figura 1 - Representa uma tela do Excel 2003



60. Utilizando-se a função MÉDIA, conforme mostra a Barra de Fórmulas, na Figura 1, obtém-se que resultado?

- a) 10
- b) 15
- c) 20
- d) 25
- e) 30



